

Convergência sem sobressaltos

O processo de convergência da regulação bancária local à internacional tem sido acompanhado de indicadores de solvência elevados, em níveis superiores aos requerimentos regulatórios e quando comparados com outras jurisdições. A implementação das diretrizes de Basileia 2 já foi finalizada. Da mesma forma, os tratamentos para exposições em securitizações e o *trading book* previstos em Basileia 2.5. Para Basileia 3, desde outubro de 2013, os requisitos para apuração de capital regulamentar já são aplicados, restando o tratamento definitivo para o risco de liquidez, a razão de alavancagem e a definição das instituições sistemicamente importantes em nível doméstico.

Com base nas recomendações contidas nos documentos “*Basel III: The Liquidity Coverage Ratio and Liquidity Risk Monitoring Tools*” e “*Liquidity Coverage Ratio Disclosure Standards*”, o Banco Central finalizou em setembro uma audiência pública com propostas para a regulamentação do Índice de Liquidez de Curto Prazo (LCR). Ele objetiva assegurar que o nível de liquidez das instituições financeiras seja capaz de absorver choques em momentos de estresse, sem comprometer o cumprimento das suas obrigações, a continuidade dos negócios e a estabilidade do sistema financeiro.

Ao restringir a aplicação dos limites e a divulgação pública dos índices aos bancos com ativos em volume superior a R\$ 100 bilhões, a proposta visa ser neutra sob o ponto de vista do equilíbrio competitivo. Ademais, há uma adequação das exigências à complexidade das instituições, como previsto nas diretrizes de Basileia. Por fim, ainda que não aplicadas integralmente *in stricto sensu* às instituições de menor porte, as recomendações e conceitos contemplados servem como diretriz para o aprimoramento das práticas de gestão de risco de liquidez dessas instituições.

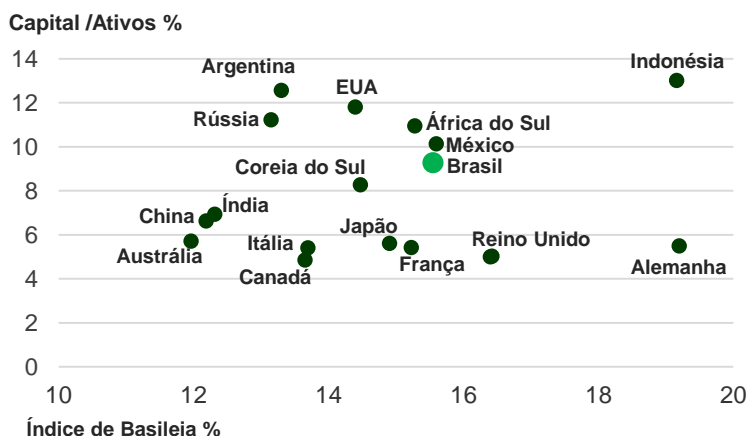
No período pré-crise, a experiência internacional revelou a incapacidade das métricas baseadas em risco de impedir uma alavancagem excessiva, bem como seus efeitos perniciosos em processos agudos de ajuste de posições e na corrida contra os ativos financeiros. Assim, a introdução da razão de alavancagem serve como reforço à abordagem

baseada em risco. Em linha, também em audiência pública, o Banco Central disponibilizou uma proposta que contempla as recomendações do documento “*Basel III Leverage Ratio Framework and Disclosure Requirements*”. A perspectiva é que, por causa da natureza operacional dos bancos locais, eles possam cumprir com folga essas exigências.

Em seu Relatório de Estabilidade Financeira de setembro, o Banco Central corrobora essa expectativa, ao apresentar um exercício de simulação para o índice de alavancagem. O indicador apontado para o Sistema Financeiro Nacional seria de 7,3%, com apenas algumas instituições financeiras de pequena representatividade em termos de ativos, não atendendo ao mínimo previsto de 3%. Segundo o “*Seventh progress report on adoption of the Basel regulatory framework*”, aguarda-se para o final do ano a definição pelo regulador dos critérios de avaliação das instituições sistemicamente importantes em nível doméstico e também da eventual exigência adicional de capital para essas instituições.

Concluindo, o alinhamento do marco regulatório doméstico com as principais respostas internacionais aos problemas revelados pela grande crise, tem sido realizado de forma gradual e compatível com a realidade operacional das instituições. A condução desse processo oferece continuamente oportunidades para que essas possam se adaptar, sem sobressaltos, aos novos contornos prudenciais.

Capital/Ativos e Basileia



Regulação

Aprimoramento do Sistema de Informações de Crédito
Regulamentação sobre aplicações de investidor não residente no Brasil
Agenda de recebíveis dos cartões de pagamento
MP 656 - Incentivos ao crédito

Destaques e Leituras Sugeridas

FATCA - *Foreign Account Tax Compliance Act*
Relatório de Estabilidade Financeira
Termômetro do Crédito Agosto/14
Uma ferramenta não convencional

MP 656 - Incentivos ao crédito

Por meio da Medida Provisória nº 656, o Ministério da Fazenda efetivou as medidas de estímulo ao financiamento imobiliário e ao crédito consignado que recentemente foram anunciadas. Para simplificar e aumentar a segurança jurídica nos negócios imobiliários, os atos de matrícula do imóvel serão concentrados, assim como acontece com o Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam).

Para o setor imobiliário houve, ainda, a criação da Letra Imobiliária Garantida (LIG). Esse título de crédito, emitido exclusivamente pelas instituições financeiras, é nominativo, transferível, de livre negociação, sendo garantido por carteiras de ativos submetidas ao regime fiduciário disciplinado conforme a medida provisória. A instituição emissora responde pelo adimplemento de todas as obrigações decorrentes da LIG, independentemente da suficiência da carteira de ativos.

Os ativos que integram a carteira submetida ao regime fiduciário constituem patrimônio de afetação, não se confundindo com o da instituição emissora, não sendo alcançados pelos efeitos da decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência do emissor da instituição emissora.

A LIG será um título executivo extrajudicial que pode ser executada, independentemente de protesto, com base em certidão de inteiro teor emitida pelo depositário central. A carteira de ativos (covered bonds) poderá ter como lastro créditos imobiliários, títulos de emissão do Tesouro Nacional, instrumentos derivativos contratados por meio de contraparte central garantidora e outros ativos que venham a ser autorizados pelo CMN. O título teria isenção de Imposto de Renda sobre rendimentos e ganhos de capital.

Finalmente, a medida provisória também instituiu instrumento para fomentar o crédito consignado aos empregados do setor privado, permitindo que às instituições financeiras façam o desconto do valor do empréstimo na folha de pagamento.

Para ler a medida provisória, [clique aqui](#).

Aprimoramento do Sistema de Informações de Crédito

No âmbito do programa OtimizaBC, o Banco Central anunciou medidas de aprimoramento do sistema de informações. Entre elas:

1) Fim da obrigatoriedade de elaboração do documento Estatísticas Econômico-Financeira (ESTFIN), com a eliminação da remessa ao BC de 3.700 documentos por ano. As informações passam a ser elaboradas a partir da base de dados do SCR, com a consequente redução de custos de observância para o sistema financeiro.

Para ler a circular 3.717, [clique aqui](#).

2) Aprimoramento da ferramenta de consulta a informações sobre o sistema financeiro, disponível no site do BC. A nova versão disponibiliza nove tabelas adicionais referentes a crédito e câmbio, permite a inclusão de cooperativas na seleção de instituições financeiras e apresenta mais flexibilidade de comparação e ordenamento.

3) Disponibilização de informações sobre a distribuição do crédito por sub-região, por modalidade e por classificação de risco. Tais informações estarão acessíveis no Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS).

4) Aprimoramento da ferramenta “Busca de Normas”, disponível no site do BC, facilitando as consultas, mediante nova estrutura para exibição dos campos da pesquisa e do resultado, e disponibilização de busca por “Temas Relevantes”.

5) Revogação formal de 222 normativos (96 resoluções, 64 circulares e 62 cartas circulares) que se encontravam revogados por decurso de prazo ou regulamentação superveniente.

Para ler a circular 4.367, [clique aqui](#).

Para ler a circular 3.718, [clique aqui](#).

Para ler a circular 3.719, [clique aqui](#).

Remessa de informações pelas cooperativas

O CMN aprovou resolução sobre prestação de informações pelas cooperativas singulares de crédito acerca de seus cooperados, aprimorando o conhecimento sobre o segmento cooperativo de crédito brasileiro, além de permitir o povoamento do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS) em relação às cooperativas. Serão obtidos dados sobre gênero, idade, renda de cooperados, inclusive por região, dando subsídios para que o Banco Central possa realizar e divulgar trabalhos e estudos mais aprofundados, bem como acompanhar e fomentar o crescimento desse segmento.

A utilização de informações pelo CCS trará, ainda, maior agilidade no atendimento de demandas externas e na identificação de titularidade de bens, direitos e valores, simplificando o processo e reduzindo custos em função da diminuição da quantidade de ofícios em papel atualmente recebidos e processados pelo BC, atendendo reivindicações do Poder Judiciário, de Comissões Parlamentares de Inquérito, do Ministério Público Federal e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).

Para ler a circular 4.368, [clique aqui](#).

Para ler a circular 3.720, [clique aqui](#).

Boletim sobre pacotes de serviços

O Banco Central e o Ministério da Justiça divulgam o nono Boletim Consumo e Finanças, que, nessa edição, explica o que são os pacotes de serviços oferecidos pelas instituições bancárias e os cuidados que devem ser tomados ao contratá-los.

O boletim destaca que a adesão a um pacote não é obrigatória e que o cliente tem a opção de utilizar serviços individualizados. Para saber qual a melhor alternativa, é preciso comparar o que se pagaria em tarifas avulsas com o valor do pacote. O boletim ressalta que há serviços que não podem ser cobrados, como cartão de débito, quatro saques e dois extratos mensais. Esclarece também que o valor cobrado mensalmente pelo pacote de serviços não pode ultrapassar a soma das tarifas individuais que o compõem.

Além disso, informações sobre os pacotes de serviços devem ser divulgadas em local e formato visíveis ao público, nas agências bancárias, postos de atendimento, rede de correspondentes e sítios eletrônicos na internet das instituições.

Para acessar o Boletim, [clique aqui](#).

Aplicações de investidor não residente

O CMN aprovou resolução revisando a regulamentação sobre aplicações de investidor não residente no Brasil nos mercados financeiro e de capitais do País, inclusive os realizados por meio do mecanismo *Depositary Receipts* (DRs). As propostas aprovadas, fruto de trabalho conjunto do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foram objeto do Edital de Audiência Pública nº 43/2014.

A nova resolução busca simplificar procedimentos e conferir maior clareza às disposições, contribuindo assim para a redução dos custos de observância e aumento da segurança jurídica das operações.

As principais alterações trazidas pela regulamentação são:

- Possibilidade de realizar aplicações em moeda nacional mediante recursos mantidos em conta titulada pelo investidor não residente no País ou por meio de ordem de pagamento em reais oriunda do exterior. Essa faculdade já é permitida aos investimentos externos diretos e às operações de crédito externo.
- Possibilidade de que DRs possam ser lastreados em quaisquer valores mobiliários emitidos por companhias abertas brasileiras, e não apenas em ações, como dispõe a atual regulamentação; e, no caso de instituições financeiras e demais instituições de capital aberto autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, também em títulos de crédito elegíveis a compor seu Patrimônio de Referência (PR).
- Agregação, em um único ato normativo, das disposições relativas a aplicações em portfólio de investidores residentes no exterior, eliminando comandos redundantes e prescindíveis, e otimizando o envio de informações aos reguladores, contribuindo para a redução de custos.

A nova regulamentação, que será complementada por normas adicionais expedidas pelo Banco Central e pela CVM, entra em vigor em 30 de março de 2015.

Para ler resolução 4.373, [clique aqui](#).

Agenda de recebíveis dos cartões de pagamento

O Banco Central publicou a Circular nº 3.721 que determina que instituições financeiras e instituições de pagamento deverão utilizar arquivos padronizados de agenda de recebíveis de cartão de pagamento. Essa agenda de recebível é um cronograma dos recebimentos previstos pelo estabelecimento comercial baseado em suas vendas por meio de cartões de pagamento. Com isso, será possível a estes estabelecimentos comerciais realizar operações de antecipação desses pagamentos independentemente do credenciador e do banco que escolherem para manter relacionamento, ampliando suas opções de acesso a capital de giro.

Como consequência, a medida promove maior competição no mercado de credenciamento, uma vez que ela reduz barreiras à entrada; e, da mesma forma, amplia a possibilidade de escolha de domicílios bancários - banco em que os estabelecimentos recebem a liquidação das operações com cartões de pagamento - pois reduz as vantagens competitivas decorrentes de vínculo entre banco e credenciador. A Lei nº 12.865 atribui competência ao Banco Central para, entre outras coisas, adotar medidas para promover a competição na prestação de serviços de pagamentos. A citada Lei também estabelece a interoperabilidade como princípio a ser observado pelos arranjos e instituições de pagamento.

A Circular entrará em vigor em 2 de fevereiro de 2015, proporcionando tempo adequado para que as instituições realizem ajustes operacionais para a implementação da solução tecnológica necessária.

Para ler a circular 3.721, [clique aqui](#).

FATCA - Foreign Account Tax Compliance Act

Brasil assina acordo com Estados Unidos

O ministério da Fazenda e a embaixadora dos Estados Unidos no Brasil assinaram, o Acordo de Cooperação Intergovernamental (IGA) entre os governos brasileiro e norte-americano para a troca automática de informações tributárias.

O Brasil e os Estados Unidos já possuem um acordo para intercâmbio de informações tributárias “*Tax Information Exchange Agreement – TIEA*”, assinado em março de 2007 e promulgado por decreto presidencial em 2013 (Decreto nº 8.003, de 15/05/13). Esse instrumento precisava ser ampliado para atender aos requisitos previstos pela “*Foreign Account Tax Compliance Act – FATCA*”, lei norte-americana que objetiva identificar atividades financeiras de contribuintes norte-americanos no exterior.

O acordo internacional assinado agora prevê que informações sobre contribuintes norte-americanos no Brasil sejam encaminhadas pelas instituições financeiras para a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e posteriormente repassadas por esta ao “*Internal Revenue Service – IRS*” dos EUA. Em contrapartida, a RFB receberá das autoridades tributárias norte-americanas informações sobre movimentações financeiras de contribuintes brasileiros em instituições financeiras dos EUA. Esta troca de informações se fará respeitando a confidencialidade da informação por ambas as partes.

O Acordo também é parte de um esforço mundial liderado pelo G-20 de ampliar a cooperação para evitar a evasão tributária.

Fonte: Ministério da Fazenda / Gabinete do Ministro da Fazenda / Assessoria de Comunicação Social - 23.09.14

[Clique aqui para ler.](#)

Relatório de Estabilidade Financeira

Comentários sobre o Relatório de Estabilidade Financeira - Set/2014

O documento anexo sumariza pontos abordados pelo último Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central que tem como foco o risco sistêmico. No primeiro semestre de 2014, os mercados financeiros se caracterizaram pela diminuição da volatilidade, abrandamento nas condições de financiamento para as economias emergentes e periféricas da Área do Euro e a melhora generalizada na precificação de seus ativos financeiros.

Domesticamente, houve a interrupção do ciclo de aumento da taxa de juros iniciado e o anúncio da manutenção do programa de leilões de swap cambial e de venda de dólares com compromisso de recompra. Ao final do semestre, os juros futuros apresentaram trajetória de queda, a bolsa de valores exibiu tendência de alta e redução da volatilidade cambial.

Apesar do seu aumento, o risco de liquidez continua baixo. Para o Banco Central, as provisões de crédito estariam adequadas a um cenário com uma ligeira deterioração do risco, decorrente da elevação das taxas de juros, do provável fim do ciclo de redução da inadimplência e da redução no índice de cobertura. O retorno do sistema mostrou elevação no 1º semestre, impulsionado por ganhos com operações de tesouraria, compensando a queda na margem líquida de crédito.

Por fim, o indicador de solvência do sistema bancário permaneceu elevado e em níveis superiores aos requerimentos regulatórios. Nas simulações de situações de estresse, o sistema apresentou adequada capacidade de suportar efeitos de choques decorrentes de cenários macroeconômicos adversos ou de mudanças abruptas nas taxas de juros, de câmbio ou de inadimplência.

[Clique aqui para ler.](#)

ABBC - Termômetro do Crédito Ago/14

Ainda é cedo para avaliar medidas

Embora o Banco Central mantenha uma projeção de crescimento de 12% para 2014, os dados das operações de crédito de agosto ainda não permitem diagnosticar uma recuperação consistente desse mercado. Não se pode visualizar, de forma inequívoca, a direção dos R\$ 24 bilhões liberados do compulsório sobre os depósitos a prazo e os impactos do menor requerimento de capital para algumas modalidades de crédito. Se na margem a média diária das concessões com recursos livres avançou 7,1% e em 6,4% para aquisição de veículos pelas pessoas físicas, a média para o crédito consignado caiu em 3,0%

[Clique aqui para ler.](#)

LEITURAS SUGERIDAS

Uma ferramenta não convencional

Martin Wolf é editor e principal analista econômico do FT. Artigo publicado oficialmente no *Financial Times* em 05.10.2014 e no Jornal Valor Econômico em 07.10.2014 (Tradução de Sergio Blum).

Em seu artigo, Martin Wolf faz um balanço da aplicação do *Quantitative Easing* (QE) pelas economias ricas como resposta à grande crise que fragilizou o sistema financeiro, provocando uma recessão de contornos internacionais. Acompanhado por outras medidas de caráter não convencional, o QE teve como objetivos fundamentais, o de restaurar o funcionamento dos mercados e da intermediação financeira e o de assegurar que a política monetária seja acomodatória. No documento, Wolf indaga sobre o grau de eficácia do QE. Para ele, a medida está longe de ser a única razão para que as taxas de longo prazo permaneçam baixas. Existiria um amplo consenso de que o QE provocou a elevação dos preços dos ativos e de que afastou a sinalização de um processo recessivo mais profundo. Contudo, existem críticas ao seu papel que são elencadas por Wolf. O artigo conclui que épocas não convencionais exigem remédios não convencionais, ainda que existam riscos significativos inerentes à reversão das políticas adotadas.

[Clique aqui para ler.](#)

Legados, nuvens e incertezas

Olivier Blanchard - Conselheiro Econômico do Fundo Monetário Internacional – prefácio do *World Economic Outlook*, Outubro de 2014. Traduzido e adaptado pela Assessoria Econômica da ABBC.

No prefácio do último relatório *World Economic Outlook* do Fundo Monetário Internacional, Olivier Blanchard sublinha que a economia mundial está ainda em busca do seu equilíbrio. De um lado, os países devem enfrentar os legados da crise financeira global, que variam entre altos níveis de endividamento e elevadas taxas de desemprego. De outro lado, os países se deparam com um futuro nebuloso. As taxas de crescimento potencial têm sido revistas para baixo e as perspectivas se deterioraram de forma a afetar a confiança. A interação dessas duas forças tem resultado nos últimos três anos em várias revisões negativas nas previsões de crescimento. O desafio, tanto para as economias avançadas como as dos mercados emergentes, é ir além do mantra geral de "realizar reformas estruturais", identificando as reformas que são mais necessárias, como as que são politicamente viáveis. Blanchard finaliza afirmando que o desafio para os formuladores de políticas é restabelecer a confiança, articulando um plano claro para lidar com ambos os legados da crise e os desafios de baixo crescimento potencial.

[Clique aqui para ler.](#)

Cooperativas poderão emitir letra financeira

Fonte: Brasil Econômico / Léa de Luca - 10.10.14

As cooperativas de crédito estão a um passo de receber aprovação para emitir letras financeiras (LF), títulos de captação usados pelos bancos. Esta é uma das reivindicações do setor ao Banco Central (BC), informa Léo Trombka...[+ Ler Mais](#)

CVM amplia transparência de Formulário de Referência

Fonte: Brasil Econômico / Alessandra Taraborelli - 10.10.14

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou ontem a Instrução nº 552/14, que atualiza os dispositivos dos formulários de referência previstos na Instrução nº 480/09, ajustando-os como objetivo de racionalizar e aprimorar a...[+ Ler Mais](#)

Excesso de liquidez torna banco mais seletivo na captação

Fonte: Valor Econômico / Carolina Mandl / Fabiana Lopes - 08.10.14

Os bancos, quem diria, têm recusado dinheiro, especialmente de investidores de grande porte interessados na compra de seus títulos. Com o caixa cheio de recursos, as instituições financeiras estão se esquivando de receber mais...[+ Ler Mais](#)

Estoque de CDB e DPGE encolhe

Fonte: Valor Econômico / Carolina Mandl / Fabiana Lopes - 08.10.14

Mês a mês, os bancos brasileiros reduzem a emissão de dois títulos que já tiveram papel de protagonistas na captação bancária: o CDB (Certificado de Depósito Bancário) e o DPGE (Depósito a Prazo com Garantia Especial)...[+ Ler Mais](#)

Regras para os bancos mais relevantes do BC sairão logo

Fonte: Brasil Econômico / Léa de Luca - 07.10.14

Relatório do BIS prevê que regulador brasileiro apresente minutas até dezembro O Banco Central (BC) deve apresentar a lista de instituições sistemicamente importantes do Brasil—e divulgar as regras de supervisão e eventuais...[+ Ler Mais](#)

Endividamentos atinge seu teto

Fonte: Brasil Econômico / Sonia Filgueiras - 07.10.14

Crédito e consumo deixam de ser a grande solução para estimular o crescimento em 2015. Na avaliação de especialistas, após anos de crescimento, o nível de endividamento das famílias já está perto de seu máximo sustentável...[+ Ler Mais](#)

Moody's vê menos lucro e mais calote em bancos

Fonte: Brasil Econômico / Léa de Luca - 03.10.14

A Moody's Investors Service vê um cenário mais difícil para o sistema bancário brasileiro neste final de ano e em 2015, com lucros em queda e a volta dos atrasos, que se estabilizaram em 3% nos últimos meses...[+ Ler Mais](#)

Decreto eleva prazo máximo de crédito consignado a servidores federais

Fonte: Valor Econômico - 03.10.14

Os bancos que têm convênio com o governo federal para conceder crédito consignado poderão fazer empréstimos de até oito anos a servidores públicos...[+ Ler Mais](#)

Bancos pedem que BC evite excesso de regulamentação

Fonte: Brasil Econômico / Léa De Luca - 02.10.14

Os grandes bancos brasileiros estão preocupados com excesso de regulamentação. Ontem, executivos das áreas de gestão de riscos do Itaú Unibanco, Bradesco e Caixa Econômica Federal disseram que regras são importantes...[+ Ler Mais](#)

Iosco alerta para bolha de liquidez e alavancagem

Fonte: Brasil Econômico / Mariana Pitasse - 02.10.14

O mercado financeiro global vive numa bolha de liquidez, com a alavancagem aumentando em um cenário de juros baixos e políticas monetárias flexíveis. Mas esse cenário pode mudar em breve...[+ Ler Mais](#)

Para FMI, bônus de banqueiro deve visar o longo prazo

Fonte: Valor Econômico / Sergio Lamucci - 02.10.14

Bancos com um conselho de diretores mais independentes, que recompensem os executivos segundo o desempenho de longo prazo, tendem a correr menos riscos, diz o Fundo Monetário Internacional (FMI)...[+ Ler Mais](#)

BC estuda nova norma sobre risco de conduta de bancos

Fonte: Valor Econômico / Fabiana Lopes - 01.10.14

O Banco Central (BC) estuda implementar uma nova norma sobre risco de conduta das instituições financeiras, de acordo com a chefe do Departamento de Supervisão de Conduta (Decon) da instituição...[+ Ler Mais](#)

BC identifica as instituições “sistemicamente importantes”

Fonte: Brasil Econômico / Léa De Luca - 01.10.14

O Brasil não tem nenhuma instituição sistemicamente importante na lista global de 29 bancos definida segundo critérios internacionais do Financial Stability Board (FSB). Mas o Banco Central (BC) já tem uma metodologia...[+ Ler Mais](#)

Banco Central prevê aumento do 'shadowbanking' no país

Fonte: Brasil Econômico / Léa De Luca - 01.10.14

O "shadow banking" — intermediação de crédito feita por entidades não-bancárias—é um fenômeno recente no Brasil e tende a crescer mas seu risco é menor no Brasil do que na maioria dos outros países onde é praticado...[+ Ler Mais](#)

Para BC, Brasil cresce só 0,7%

Fonte: Brasil Econômico / Sonia Filgueiras - 30.09.14

O Banco Central (BC) cortou em mais da metade sua previsão de crescimento do PIB para este ano — de 1,6% para 0,7%. A previsão de inflação para 2014, antes em 6,4%, foi levemente ajustada para baixo, ficando em 6,3%, em linha...[+ Ler Mais](#)

CMN altera regra e facilita aplicação de estrangeiro no mercado local

Fonte: Valor Econômico / Eduardo Campos / Lorena Rodrigues - 30.09.14

O Conselho Monetário Nacional (CMN) editou medidas que facilitarão a aplicação de investidores estrangeiros no mercado local e o acesso de empresas e bancos brasileiros a fontes de financiamento internacionais...[+ Ler Mais](#)

Governo amplia prazo para consignados de aposentados

Fonte: Brasil Econômico / Agências - 30.09.14

O prazo máximo para o pagamento das operações de empréstimo e de cartão de crédito relativas ao crédito consignado dos aposentados e pensionistas, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)...[+ Ler Mais](#)

Órgãos públicos se adaptam à Lei Anticorrupção

Fonte: Brasil Econômico / Patrícia Büll - 30.09.14

Apesar de ainda não ter sido regulamentada pelo governo federal, a Lei 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção, já está sendo colocada em prática pelos órgãos públicos...[+ Ler Mais](#)

COEs rumo à diversificação

Fonte: CETIP - 03.09.14

Com mais R\$ 3 bilhões de estoque na Cetip, o Certificado de Operação Estruturada (COE) tem se caracterizado por estruturas marcadas pelo capital principal protegido...[+ Ler Mais](#)

Regra de custódia eleva custo de banco

Fonte: Valor Econômico / Vinícius Pinheiro / Carolina Mandl - 30.09.14

Uma enxurrada de mais de 30 pedidos de credenciamento de bancos para atuar como custodiantes de títulos chegou no último mês de junho às mesas dos técnicos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)...[+ Ler Mais](#)

Medidas de estímulos seguram queda do crédito em agosto

Fonte: Brasil Econômico / Reuters - 29.09.14

As medidas de estímulos anunciadas pelo Banco Central há dois meses começaram a ter efeito no mercado de crédito. Segundo o BC, as concessões de empréstimos em agosto somaram R\$ 305,2 bilhões...[+ Ler Mais](#)

Muralha virtual repleta de buracos

Fonte: Brasil Econômico / Rodrigo Carro - 29.09.14

Quase quatro milhões de transações fraudulentas online registradas em apenas um mês—uma para cada 31 brasileiros com acesso à internet. Esse é o saldo de um levantamento feito pela norte-americana ThreatMetrics...[+ Ler Mais](#)

Conselho eleva prazo para consignado a aposentados

Fonte: Valor Econômico / Edna Simão - 26.09.14

Para dar um estímulo à tomada de crédito por aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) aprovou a elevação do prazo máximo de pagamento do...[+ Ler Mais](#)

IFRS 9 vai mudar o cálculo de provisões

Fonte: Valor Econômico / Carlos Vasconcellos - 26.09.14

A partir de janeiro de 2018, bancos e empresas de mais de cem países que adotam o padrão contábil IFRS (Padrão Internacional de Relatórios Financeiros, na sigla em inglês) terão um novo modelo para registrar seus...[+ Ler Mais](#)

Operação de hedge ainda é motivo de controvérsia

Fonte: Valor Econômico / Carlos Vasconcellos - 26.09.14

Um dos itens mais discutidos durante a preparação do IFRS 9 é o chamado macro hedge, que dá possibilidade de as empresas e instituições financeiras contabilizarem suas operações de hedge de forma global...[+ Ler Mais](#)

Adoção reduz o custo de capital e traz visibilidade

Fonte: Valor Econômico / Genilson Cezar - 26.09.14

O acesso a linhas de crédito internacionais, a geração de oportunidades de negócio e a redução do custo de capital são benefícios que podem estar sendo conquistados pelas empresas brasileiras com a adoção de gestão...[+ Ler Mais](#)

BC pressiona por mais competição em cartão

Fonte: Valor Econômico / Felipe Marques - 26.09.14

O Banco Central (BC) espera receber até o fim de 2014 um plano detalhado das empresas de cartão para acabar com as reservas de mercado que existem no setor...[+ Ler Mais](#)

CVM dispensa registro em oferta restrita de ações

Fonte: Valor Econômico / Ana Paula Ragazzi / Vinícius Pinheiro - 26.09.14

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) decidiu permitir a realização de ofertas de ações sem a necessidade de pedido de registro prévio na autarquia. A expectativa é que a Instrução nº 551, editada ontem...[+ Ler Mais](#)

Independência dos BCs está em xeque desde a crise

Fonte: Valor Econômico / Angela Bittencourt - 24.09.14

Neste ano de Brasil em marcha para as urnas, o debate sobre a independência do Banco Central (BC) adquiriu absoluto contorno político. Mas o papel a ser desempenhado pelos bancos centrais vem passando por mudanças...[+ Ler Mais](#)

Alemanha auxiliará instituição financeira em capital natural

Fonte: Brasil Econômico / Murillo Constantino - 24.09.14

O Ministério Federal Alemão para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) e a agência de cooperação técnica *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ), em parceria como Conselho Empresarial...[+ Ler Mais](#)

Balanços dão informação precária sobre custo da dívida

Fonte: Valor Econômico / Renato Rostás - 24.09.14

Se há um consenso de que as notas explicativas dos balanços das companhias de capital aberto estão inchadas e, muitas vezes, pouco explicativas, a discussão sobre o que é relevante divulgar pode esbarrar em uma queda de braço...[+ Ler Mais](#)

Cai distância entre taxas de bancos públicos e privados

Fonte: Valor Econômico / Fernando Torres - 22.09.14

A despeito de a taxa Selic ter parado de subir em abril, ficando desde então em 11% ao ano, os bancos não interromperam por completo o processo de elevação das taxas de juros que cobram dos clientes...[+ Ler Mais](#)

Sinais de desaceleração já despontam em emergentes

Fonte: Valor Econômico / Robin Harding / *Financial Times* - 22.09.14

Os países emergentes estão sofrendo uma desaceleração ampla e sem precedentes que ameaça o futuro da economia mundial, dizem pesquisadores do Fundo Monetário Internacional (FMI)...[+ Ler Mais](#)

FMI alerta para aperto financeiro global

Fonte: Valor Econômico / Cairns - 22.09.14

A Índia defendeu na reunião do G-20 a criação de linhas de swap de moedas entre seus membros, para atenuar uma eventual restrição de liquidez no mercado cambial quando os Estados Unidos voltarem a subir os juros...[+ Ler Mais](#)

Grandes bancos terão 'colchão' para absorver perdas em caso de crise

Fonte: Valor Econômico / Assis Moreira / Cairns / Lincoln Feast / *Reuters* - 22.09.14

Os grandes bancos brasileiros, com importância sistêmica no mercado financeiro nacional, dificilmente vão escapar de nova exigência desenhada no G-20, para aumentar sua capacidade de absorção de perdas em caso de crise...[+ Ler Mais](#)

Letra imobiliária pode "ocupar" recursos da poupança

Fonte: Valor Econômico / Edna Simão / Lorena Rodrigues - 22.09.14

O governo federal estuda a possibilidade de permitir que as letras imobiliárias garantidas (LIG), novo título de captação bancária, sejam usadas pelas instituições financeiras para cumprimento de exigibilidade do Banco Central...[+ Ler Mais](#)

Receita pública regulamentação sobre novas normas contábeis

Fonte: Valor Econômico / Laura Ignacio - 22.09.14

A Receita Federal editou duas normas para regulamentar a Lei nº 12.973, que acabou com o Regime Tributário de Transição (RTT). A Instrução Normativa (IN) nº 1.492 orienta as empresas em relação ao cálculo e registro dos juros...[+ Ler Mais](#)

BC projeta fim de baixa da inadimplência

Fonte: Valor Econômico / Eduardo Campos - 19.09.14

O Banco Central (BC) segue trabalhando com uma expansão moderada do crédito dentro de um cenário de fim de ciclo de baixa nas taxas de inadimplência. Segundo o diretor de Fiscalização do BC...[+ Ler Mais](#)

FSB alerta para maior vulnerabilidade que ronda os mercados financeiros

Fonte: Valor Econômico / Assis Moreira - 19.09.14

O Fórum de Estabilidade Financeira (FSB, na sigla em inglês), que está se tornando a organização mundial de finanças na prática, aponta crescentes sinais de complacência sobre riscos nos mercados financeiros...[+ Ler Mais](#)

A corrida pelos ‘desbancarizados’

Fonte: Brasil Econômico / Léa De Luca - 18.09.14

Recarga móvel para bilhete único de transporte, criação de modelos de negócio com pacotes pré-pagos para pequenos comerciantes e autônomos aceitarem cartões, conta salário no celular... [+ Ler Mais](#)

Para BC, regulamentação traz “bônus”

Fonte: Brasil Econômico / Léa De Luca - 18.09.14

O Banco Central (BC) reconhece que é um paradoxo ser, de um lado, o emissor e o guardião da moeda forma da economia e, de outro, o maior incentivador dos meios de pagamento que passam ao largo do sistema bancário... [+ Ler Mais](#)

União contra fraude em câmbio

Fonte: Brasil Econômico / Bloomberg - 17.09.2014

Os maiores bancos do mundo estão adotando novos critérios nas operações de câmbio para recuperar a confiança dos clientes e antecipar-se às exigências dos reguladores por mais transparência... [+ Ler Mais](#)

BC aperta fiscalização no câmbio

Fonte: Valor Econômico / Eduardo Campos - 16.09.14

O Banco Central anunciou, na semana passada, para todas as corretoras independentes do país, um novo sistema de fiscalização e controle remoto que buscará evitar fraudes e melhorar os controles no mercado de câmbio... [+ Ler Mais](#)

Recebíveis Agrícolas disparam e ainda têm espaço para expansão

Fonte: Brasil Econômico / Alessandra Taraborelli - 16.09.14

O estoque dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) cresceu mais de 100% em agosto e vêm se tornando um importante instrumento financeiro para empresas do setor e investidores pessoas físicas... [+ Ler Mais](#)

Fraude custará caro a bancos

Fonte: Brasil Econômico / Léa De Luca - 15.09.14

A Lei 12.846/13, conhecida como Lei Anticorrupção, ainda nem foi regulamentada mas já acendeu a luz amarela em relação a um assunto espinhoso: o “compliance”... [+ Ler Mais](#)

Balanço deve ficar mais compreensível

Fonte: Brasil Econômico / Alessandra Taraborelli - 15.09.14

A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) está alinhando com as empresas de capital aberto, auditores independentes e representantes do mercado de capitais mudanças na divulgação das normas explicativas nos... [+ Ler Mais](#)

Aplicação em letras sem IR supera CDB pela 1ª vez

Fonte: Brasil Econômico - 12.09.14

A participação dos produtos isentos de Imposto de Renda, as Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) e Letras de Crédito Agrícola (LCAs), continua a crescer entre as aplicações dos clientes de varejo e varejo de alta renda... [+ Ler Mais](#)

Cetip quer autorização para intermediar ativos

Fonte: Brasil Econômico / Alessandra Taraborelli - 12.09.14

Até o final do ano a Cetip, integradora do mercado financeiro, pretende entregar ao Banco Central o pleito formal para a criação da contraparte central (CCP, central *counterparty*), com foco em derivativos de balcão... [+ Ler Mais](#)

BC ouvirá auditorias em casos de liquidação

Fonte: Valor Econômico / Eduardo Campos - 11.09.14

O Banco Central (BC) deu um passo importante para reduzir a insegurança jurídica sobre o grau de responsabilidade das auditorias nos processos que resultam em regime de intervenção e liquidação de instituições financeiras... [+ Ler Mais](#)

Contrato bancário

Fonte: Valor Econômico - 11.09.14

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que instituição financeira não pode se apropriar do salário de seu cliente para cobrar débito decorrente de contrato bancário, mesmo havendo cláusula permissiva... [+ Ler Mais](#)

Autenticação biométrica já é 166 mil regra entre bancos brasileiros

Fonte: Brasil Econômico - 10.09.14

Enquanto a reciclagem de dinheiro dá seus primeiros passos no país, a autenticação biométrica já se firmou como tendência no mercado bancário brasileiro... [+ Ler Mais](#)

Setor privado vira alvo do consignado

Fonte: Brasil Econômico / Léa De Luca - 09.09.14

O crédito consignado ao setor privado pode ter um novo impulso com as medidas anunciadas no mês passado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, que vão facilitar o sistema de cobrança dos empréstimos... [+ Ler Mais](#)

VARIÁVEIS ECONÔMICAS

ATIVIDADE ECONÔMICA	2009	2010	2011	2012	2013	Projeções ¹	
						2014	2015
PIB (US\$ bilhões)	1.626	2.144	2.475	2.269	2.472	2.628	2.889
PIB (R\$ bilhões)	3.750	4.033	4.143	4.392	4.759	5.076	5.487
PIB (%)	-0,3	7,5	2,7	1,0	2,3	0,3	2,0
PIB per Capita (R\$)	19.377	20.628	20.988	22.044	23.671	25.032	26.839
PIB per Capita (%)	-1,3	6,4	1,7	0,1	1,4	-0,6	1,2
SETOR EXTERNO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Balança Comercial (US\$ bilhões)	25,3	20,1	29,8	19,4	2,6	2,0	10,0
Exportações (US\$ bilhões)	153,0	201,9	256,0	242,6	242,2	242,0	255,0
Importações (US\$ bilhões)	-127,7	-181,8	-226,2	-223,1	-239,6	-240,0	-245,0
Saldo em Conta Corrente (US\$ bilhões)	-24,3	-47,3	-52,6	-54,2	-81,4	-80,0	-72,0
Saldo em Conta Corrente (% PIB)	-1,5	-2,2	-2,1	-2,4	-3,7	-3,0	-2,5
Investimento Estrangeiro Direto (US\$ bilhões)	25,9	48,5	66,7	65,3	64,0	63,0	55,0
Investimento Estrangeiro Direto (% PIB)	1,6	2,3	2,7	2,9	2,9	2,4	1,9
SETOR PÚBLICO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Dívida Líquida do Setor Público (%PIB)	42,1	39,1	36,4	35,1	33,8	34,9	36,8
Resultado Primário (%PIB)	2,0	2,7	3,1	2,4	1,9	1,5	1,7
Resultado Nominal (%PIB)	-3,3	-2,5	-2,6	-2,5	-3,3	-4,0	-4,7
INFLAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
IPCA (%)	4,3	5,9	6,5	5,8	5,9	6,3	6,0
INPC (%)	4,1	6,5	6,1	6,2	0,1	6,2	5,7
IGP-M (%)	-1,7	11,3	5,1	7,8	5,5	4,0	5,6
IGP-DI (%)	-1,4	11,3	5,0	8,1	5,5	3,9	5,8
IPC-Fipe (%)	3,6	6,4	5,8	5,1	3,9	5,4	5,4
CÂMBIO, JUROS & CRÉDITO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
BRL/USD (Fechamento)	1,74	1,67	1,88	2,04	2,34	2,5	2,5
BRL/USD (Média)	1,99	1,76	1,67	1,95	2,16	2,3	2,4
SELIC (Fechamento) (%)	8,7	10,7	10,9	7,3	9,9	10,9	10,9
SELIC (Média) (%)	10,1	9,8	11,7	8,5	8,2	10,8	10,9
Crédito Total (%)	15,1	20,6	18,8	16,4	14,0	11,0	12,5
Crédito Com Recursos Direcionados (%)	29,2	27,0	22,4	20,7	24,0	18,5	19,0
Crédito Com Recursos Livres (%)	8,4	16,9	16,5	13,5	8,0	3,5	6,0
EVOLUÇÃO DO CRÉDITO ²	2009	2010	2011	2012	2013	Agosto de 2014	
Crédito Total (%)	15,1	20,6	18,8	16,4	14,6	% em 12 meses	Saldo (R\$ bilhões)
Crédito Com Recursos Direcionados (%)	29,2	27,0	22,4	20,9	24,5	11,1	2.864
Crédito Com Recursos Livres (%)	8,4	16,9	16,5	13,6	7,8	19,0	1.340
Recursos Livres-Pessoas Físicas (%)	15,9	20,5	13,2	10,2	7,6	5,0	1.524
Crédito Consignado (%)	29,5	27,1	16,9	18,5	17,5	5,0	764
Crédito Pessoal Não Consignado (%)	11,8	24,6	21,8	13,5	8,3	13,1	243
Aquisição de Veículos-Pessoas Físicas (%)	14,2	49,1	26,6	8,8	-0,2	6,6	103
Recursos Livres-Pessoas Jurídicas (%)	1,6	13,2	20,1	17,0	8,0	-4,7	185
Capital de Giro-Pessoas Jurídicas (%)	27,1	22,9	17,3	18,2	5,9	5,0	760
Conta Garantida-Pessoas Jurídicas (%)	-5,1	6,1	19,6	-1,3	-0,2	4,2	388
						6,8	46

¹ Dados atualizados até 10/10/2014.

² Em virtude de alterações no formato de divulgação, feita pelo Banco Central do Brasil em janeiro de 2013, algumas séries foram modificadas.

³ Exceto *Leasing* (Arrendamento Mercantil).



Assessoria Econômica

assessoriaeconomica@abbc.org.br

Av. Paulista, 949 - 6º andar
Cerqueira César - CEP: 01311-100
São Paulo - SP

Telefone: (5511) 3288-1688

Fax: (5511) 3288-3390

www.abbc.org.br